

CB FORUM  
Educação  
profissional  
e o primeiro emprego

# Qualificar o jovem, desafio para o Brasil

Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, e secretário Magno Lavigne ressaltam a importância de se investir na formação profissional de estudantes e recém-chegados ao mercado. Novo Ensino Médio e oferta de cursos são apostas do governo

» MILA FERREIRA  
» LETÍCIA MOUHAMAD

O futuro se faz com a criação de oportunidades. E essa construção começa desde cedo, ainda no ambiente escolar, para a formação de uma geração de trabalhadores capaz de responder às demandas do mundo de trabalho e contribuir para o crescimento econômico do Brasil. Esse é o pensamento dos integrantes do governo federal presentes no evento *CB Fórum Educação Profissional e o Primeiro Emprego*, realizado ontem no auditório do *Correio Braziliense*. “É fundamental o debate sobre oportunidades”, destacou o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, na abertura do fórum.

O chefe da pasta defendeu uma reformulação do ensino médio para que os jovens tenham acesso a uma educação em tempo integral, que inclua ensino técnico e profissionalizante. Em busca desse objetivo, o governo federal assume posição fundamental na educação dos jovens, responsabilizando-se por ouvir a sociedade, debatendo e acompanhando temas fundamentais à qualificação, à juventude e ao Sistema Nacional de Emprego (Sine).

“É um processo em construção. Enquanto não chega esse momento (de reformulação do ensino médio), precisamos lançar mão de capacitação e qualificação nas universidades, nos institutos federais e em várias instituições de ensino. O Sistema S como um todo tem participado ativamente do processo”, declarou Marinho.

O ministro lembrou que o mercado formal registrou 1,6 milhão de empregos em 2023, mas uma parte expressiva desse

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



É um processo em construção. Enquanto não chega esse momento (Novo Ensino Médio), precisamos lançar mão de capacitação e qualificação nas universidades, nos institutos federais e em instituições de ensino.”

Luiz Marinho, ministro do Trabalho

contingente — 1,23 milhão de vagas — é proveniente do CadÚnico do Bolsa Família. “O salário tem variado entre R\$ 1.530 e R\$ 1.700. Chamo à reflexão, pois nós estamos precarizando demais o mercado de trabalho; estamos degradando a remuneração. Uma renda de 1.700 reais não sustenta uma família”, disse o ministro.

O titular do Ministério do Trabalho foi além. “Precisamos refletir sobre qual sociedade nós queremos, qual a qualidade de vida dessa sociedade. Se é esse o salário, precisamos manter programas assistenciais complementares para essas famílias sobreviverem decentemente. São reflexões que a sociedade tem que fazer”, ponderou.

No painel “Por que investir em educação profissional?”, o secretário de Qualificação e Fomento

à Geração de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho, Magno Lavigne, também comentou sobre precarização do trabalho, especialmente entre a geração mais jovem.

“Temos uma compreensão muito clara de que o trabalho da juventude exige construir uma política que seja abrangente. Isso tem a ver com o respeito ao regramento legal, mas, também, ao papel que nós vemos para o mundo do trabalho, porque senão corremos o risco de, mais uma vez, perder a oportunidade de mudar a economia e aumentar a precarização do trabalho”, destacou.

### Mão de obra no PAC

Lavigne apresentou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022, para

mostrar como a qualificação profissional está distante dos jovens. “Apenas 13,5% dos jovens até 30 anos concluíram algum curso de qualificação, o que corresponde a 19,7 milhões de pessoas. Temos um público gigantesco de um lado e não conseguimos fazer com que essas pessoas sejam atraídas ou tenham à disposição a estruturação desses cursos”, salientou.

Além de uma política para incentivar a formação técnica dos jovens, o ministro do Trabalho mencionou outras iniciativas geradoras de emprego. Ressaltou que o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é uma oportunidade para o governo e o setor produtivo incentivarem a qualificação de jovens. “O planejamento das obras do PAC envolve investimentos na ordem de R\$ 1,7 trilhão. Seguramente, não temos mão de obra suficiente para

esse conjunto de investimentos. Isso vai desde engenharia, técnicos da construção, soldados, mestre de obras, carpinteiro, etc”, elencou.

“O ideal seria que cada empresa que ganha uma licitação de grande obra, antes de formar o canteiro, fizesse uma sala de aula para participar desse esforço e colaborar dando oportunidades”, sugeriu.

### Cursos em tecnologia

Em abril deste ano, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) anunciou 5,5 milhões de vagas para cursos certificados pela Microsoft e pelo órgão na área de tecnologia da informação (TI). Os cursos são oferecidos em uma plataforma on-line chamada Escola do Trabalhador 4.0 e abrangem desde o letramento digital

básico até os conhecimentos mais avançados em TI.

As formações ocorrem dentro de uma plataforma intuitiva e fácil de usar. Há 134 cursos disponíveis na área de tecnologia, divididos em sete programas básicos, chamados de trilhas, que passam desde o nível básico, pelo intermediário até o avançado.

Em outubro, o programa ganhou um novo capítulo de atividades e agora conta com um treinamento oferecido aos parceiros chamado “Train the Trainers”. A iniciativa visa capacitar professores, monitores estudiantis, membros de ONGs e servidores públicos a utilizarem os recursos, ferramentas e materiais disponíveis no portal.

O programa é uma parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Microsoft e a Softex.

## Ministro quer resolver portaria até março

» FERNANDA STRICKLAND  
» MILA FERREIRA

Na abertura do *CB Fórum Educação Profissional e o Primeiro Emprego*, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, comentou a suspensão da portaria 3.665/23, que determina que o trabalho no comércio em feriados é permitido desde que autorizado em convenção coletiva. Segundo ele, a portaria corrige uma determinação de outra portaria de 2021, que iguala feriados aos domingos e retira a obrigatoriedade de convenção para que o funcionário seja convocado aos feriados.

“Quando se cria essa situação, ilegal inclusive, você cria a possibilidade da empresa não negociar e convocar o trabalhador para o feriado um dia antes. Isso cria uma grande injustiça, desestímulo e conflito”, declarou Marinho ao *Correio*. Ele informou, ainda, que a portaria foi “prorrogada” e vai valer a partir de março. Até lá, será montada uma mesa tripartite de negociação com representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores.

Na abertura, Marinho relatou a resistência que a medida provocou no Congresso. Segundo ele, parlamentares de oposição e aqueles ligados ao setor varejista questionavam a portaria. “Eu disse: ‘É para nós criarmos uma condição de sentar, conversar, dialogar e construir. Vou falar com todos, e nós vamos construir um grupo para tratar disso, ok?’, contou o ministro.

A reação no Parlamento foi contundente. Na terça-feira, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o regime de urgência para o PDL 405/23, que revoga a Portaria 3.665/23. A aprovação do regime de urgência obteve 301 votos favoráveis e 131 contrários. A proposta chegou a

Precisamos ajustar o texto e fazer a negociação para que seja bom, para o trabalhador, e que não gere desemprego. Porque o nosso objetivo do setor produtivo é gerar emprego”

José Aparecido Freire, presidente da Fecomércio-DF

Congresso está sem pauta”, porque, para se preocupar com uma portaria ministerial, que tem fórum de negociação, e nós vamos

entrar na ordem do dia do plenário da Câmara, mas foi retirada após o governo sinalizar que recuará.

No fim da tarde da quarta-feira, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) suspendeu a portaria objeto de controvérsia. Marinho anunciou a formação de um grupo de trabalho para um acordo entre o setor de comércio e serviços e entidades sindicais para que o texto entre em vigor a partir do dia 1º de março.

Ontem, no evento do *Correio*, Marinho se disse surpreso com a reação do Congresso.

“Falei: ‘Poxa vida, o Congresso está sem pauta’, porque, para se preocupar com uma portaria ministerial, que tem fórum de negociação, e nós vamos

negociar deve estar sem pauta importante”, ironizou o titular da pasta. “Eu sei que tem muitos projetos importantes tramitando nas casas. Achei um certo exagero”, frisou.

O ministro comentou os próximos passos para superar o impasse. Uma reunião está prevista para o dia 29, no Rio de Janeiro, com a Confederação Nacional do Comércio (CNC). Esse encontro, segundo Marinho, vai definir os participantes de cada bancada. “E, aí então, publicaremos a portaria para resolvermos até 1º de março”, afirmou o ministro.

José Aparecido Freire, presidente da Fecomércio, afirma que há necessidade de ajustes. “Precisamos ajustar o texto e fazer a negociação para que seja bom, para o trabalhador, e que não gere desemprego. Porque o nosso objetivo do setor produtivo é gerar emprego”, pontuou.

Nas conversas com o governo federal, a CNC tem sustentado que a portaria pode representar prejuízos em setores específicos, como turismo, hotelaria e farmácias (que funcionam nos finais de

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Magno Lavigne: apenas 13,5% dos jovens concluíram qualificação

semana), ou em localidades onde não há uma Convenção Coletiva de Trabalho. O diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Ivo Dall’Acqua Júnior, ressalta, no entanto, que as negociações coletivas permitem equilibrar os interesses acompanhando a velocidade do mercado.

“Atualmente, muitas atividades comerciais ampliaram as

horas de funcionamento, não nas lojas físicas, mas pelos meios digitais. Dessa forma, temos empresas funcionando 24h, para garantir as atividades e o atendimento às demandas do consumidor”, descreveu.

Segundo ele, “a negociação coletiva é o meio mais justo para harmonizar e contemplar interesses de trabalhadores, empregadores e da sociedade”.